

O Impacto da Escrita na Sociedade Maranhense do Início do Século XIX

RONI CÉSAR ANDRADE DE ARAÚJO*

A Revolução Constitucionalista do Porto pode ser apontada como o momento específico em que as discussões de interesse público saem dos escritórios e salões do Palácio Real para ganhar espaço junto ao povo, nas ruas, praças, comércio etc. No Brasil, as informações acerca do que ocorria em Portugal, fugiam da esfera particular e ganhavam força nas diversas interpretações que surgiam nas ruas. Segundo Oliveira: “a circulação de publicações produzidas na Impressão Régia e na Europa e as operações mercantis possibilitavam a difusão de notícias e de versões desencontradas bem como o de projetos sobre o futuro do Império” (OLIVEIRA, 1999:109). O rei D. João deveria ou não aceitar submeter-se às exigências das Cortes Portuguesas e retornar a Portugal? Esse era o grande mote para as discussões que marcaram o cotidiano das pessoas que habitavam o Rio de Janeiro naqueles dias. Era, também, o motivo principal para a publicação de inúmeros panfletos e de outros impressos. É importante destacar aqui um panfleto publicado na Tipografia Nacional, com autoria atribuída a F. Gaille de Geine, e que foi razão para muita agitação.

Baseado em seis razões, o folheto defendia a permanência da família Bragança no Brasil. Nas ditas razões estavam reunidos os mesmos argumentos de Tomás Antonio: Portugal é que precisava do Brasil, ao passo que este não tirava nenhuma vantagem da união; a partida da família real seria o prelúdio da independência; se ficasse no Brasil, o rei poderia conservar íntegra a sua autoridade, fundando aqui um império de bastante peso na política do mundo; o voo revolucionário de Portugal se afrouxaria, ficando o rei, ao passo que não se conteria, tendo os revoltados o rei em suas mãos; a melhor posição para o rei, em presença dos fabricantes de Constituição, era aquela mesma em que a providência o colocara, desviado do foco da sedição e senhor da parte mais florescente e importante do Império; em todo caso, o rei poderia a qualquer momento mudar de ideia e ir. Não precisava se precipitar. (LUSTOSA, 2000:88).

Apesar do liberalismo pregado em Portugal, em que se buscava o estabelecimento de uma Constituição que decretasse o fim do absolutismo naquele país, no que se referiu ao

* Professor Assistente da Universidade Federal do Maranhão, Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ) e coorientação do Prof^o Dr^o Marcelo Cheches Galves (UEMA). Algumas partes deste artigo integram a Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com o título “Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei”, aprovada em agosto de 2008.

Brasil, as Cortes abandonaram o discurso liberal. Interessados na retomada dos privilégios perdidos com o fim dos monopólios que marcaram as relações entre metrópole e colônia e na extinção dos órgãos criados por D. João, no Rio de Janeiro, que garantiam a autonomia administrativa do Brasil, aumentavam a pressão para que o monarca retornasse. Em fevereiro de 1821, D. João VI, cedendo às pressões vindas do outro lado do Atlântico, jura obediência à Constituição e, ainda em abril daquele mesmo ano, regressa a Portugal, deixando o Brasil sob o comando de seu filho, o príncipe regente D. Pedro. Logo em seguida as Cortes passaram a exigir a volta imediata daquele príncipe, sob o pretexto de que deveria retomar a sua formação cultural.

Insatisfeitos com a ideia de recolonização, um grupo constituído de proprietários rurais, comerciantes escravistas e altos funcionários, alguns naturais de Portugal e outros tantos do Brasil, ligados ao comércio com os ingleses e franceses, que havia se fortalecido desde a abertura dos portos brasileiros, em 1808, viu na figura de D. Pedro a possibilidade de assegurar a continuidade daquele estado de coisas que lhes garantia cada vez um maior percentual de lucros. Diante das pressões que se avolumavam em torno do Príncipe Regente, em 9 de janeiro, sucedeu-se o episódio conhecido como *o Fico*. D. Pedro decidiu pela sua permanência no Brasil. Entretanto, a exemplo do que ocorreu com a Revolução de 1820, a imprensa não se absteve das discussões. Em 1821, foi publicado pela Tipografia Nacional um folheto intitulado *O Despertador Brasiliense*, cujo redator optou por manter-se no anonimato.¹ Nele, pedia-se a D. Pedro que ignorasse as ordens vindas das Cortes portuguesas para que regressasse. O folheto concluía da seguinte forma:

Vede, ó brasileiros, o que, em tal conjuntura melhor vos convém: se ficardes sujeitos, como dantes, a Portugal, onde seus representantes decidem de vossa sorte sem serdes ouvidos, ou pugnardes pela conservação dos vossos direitos, rejeitando quando se tem determinado a respeito do Brasil, sem efetiva assistência de vossos deputados, como seria necessário, para se tornarem valiosas essas deliberações. [...] Eis momento em que deveis decidir-vos. Lançai mão dele: se perderdes, não podereis jamais reavê-lo, senão com muito custo, ou talvez com efusão de muito sangue. (LUSTOSA, 2000:125).

Naquele período, com os rumores de independência, a política era uma espécie de neblina que envolvia a todos, e os jornais não apenas registravam o que se passava, mas

¹ “Entre 1820 e 1823, apareceram muitas proclamações e folhetos, nos quais o autor, anônimo ou sob pseudônimo, revelava um sentimento patriótico, expunha um conceito político ou uma apreciação sobre algum acontecimento, buscando convencer e educar o seu leitor. O anonimato funcionava como recurso de autoridade de quem falava. Escondendo sua identidade, o autor se colocava numa posição externa e acima dos embates e, por vezes, num tom professoral, fazia sua opinião parecer uma posição neutra na arena política” (SOUZA, 1999, p. 121).

atuavam como verdadeiros personagens históricos e políticos deste cenário. O caráter político-ideológico dos jornais era típico daquela época e o que mais interessava aos seus responsáveis, era divulgar suas convicções políticas. Conforme Capelato, “a luta pela independência colocou em campos opostos a imprensa oficial ou oficiosa e a de oposição”. (CAPELATO, 1988:38).

Nesses periódicos, os jornalistas ou eram políticos ou, a partir dos jornais, pretendiam o ingresso na carreira política e no funcionalismo público.

Simultaneamente, desde a revogação da censura à imprensa, proliferou no Brasil uma gama de publicações, periódicos, folhetos políticos que definiam e punham em movimento uma série de conceitos posições políticas, assinalando a entrada de uma série de interlocutores na esfera da opinião pública, principalmente letrada, com o intuito não só de causar polêmica, mas principalmente de cativar no leitor alguma simpatia que, no futuro, em eventuais eleições, lhes pudesse render votos ou adesão a seu grupo político. (SOUZA, 1999: 120-121) (grifo nosso).

Foi na cidade do Rio de Janeiro que surgiu o maior número de publicações de caráter político. São exemplos os seguintes periódicos: *O Revérbero Constitucional* (15.09.1821 - 8.10.1822) - escrito por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa - que defendia a manutenção da autonomia administrativa brasileira em relação a Portugal e, em função disso, posicionou-se a favor da permanência de D. Pedro no Brasil; *A Malagueta* (18.12.1821 – 06.1822), do polêmico Luís Augusto May; *O Correio do Rio de Janeiro* (10.04.1822 – 31.07.1823) de João Soares Lisboa, que lutava pela independência do Brasil e defendia também a liberdade de imprensa. Entretanto, em outras províncias, também houve o surgimento de importantes jornais, nesse período: o *Typhis Pernambucano* (25.12.1823 – 12.10.1824), do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca; No Maranhão, *O Conciliador* (15.11.1821 – 16.07.1823) dos portugueses Pe. Tezinho e Antônio Marques; *O Semanário Cívico* (1821) e o *Sentinela* (21.06.1822 – 07.10.1822), ambos da Bahia.

A uma minúscula parcela de letrados num país de proporções continentais, recheado de analfabetos, coube o dever, auto-atribuído, de travar batalhas de ideias e palavras a fim de levar ao conhecimento do povo temas que, até aquele momento, não haviam feito parte de suas realidades, como por exemplo: Legitimidade, Constituição, Monarquia Constitucional e Democracia.

Os dias que antecedem a adesão do Maranhão à independência do Brasil foram de profunda agitação e, mesmo depois de tê-la aceita, os ânimos não se acalmaram. É no bojo dessas agitações que, em 1824, chega ao poder Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, responsável, em grande parte, pelo acirramento das tensões já existentes na Província.

Embora, a princípio, estivesse no comando de forma interina, Bruce já tinha conhecimento de que, por decreto imperial, seria efetivado no cargo e, no transcorrer dos acontecimentos, viu-se na condição de apoderar-se por completo do poder, sem a necessária oficialização da sua condição de presidente.

A situação era crítica e o ambiente pouco favorável à implantação de uma imprensa independente que viesse assumir uma postura política sobre determinado segmento de ideias. Os sentimentos estavam feridos e o perdão não era pedido e nem seria aceito. Cada um, tanto português como brasileiro, queria se vingar. A violência, a arma preferida, cada um usaria a sua maneira. Os ânimos iam aumentando, sendo difícil frear os resultados. (JORGE, 1987:16)

Diante do quadro que se apresentava, mais uma vez a imprensa entra em cena. No mesmo ano em que assumiu o poder o Presidente Bruce, começou a circular (17.11.1824), nas ruas de São Luís, o jornal *O Amigo do Homem*², cujo redator era o português João Crispim, que contava ainda com o auxílio do também português Garcia de Abranches, mais tarde conhecido como *O Censor*. Considerado por Raimundo Nonato Cardoso, ao lado de *A Bandurra* (15.01 a 31.12.1828), também pertencente a João Crispim, como periódicos que melhor representaram “o nível dos jornais do Maranhão, nos primeiros anos da Independência” (SILVA, 1972:358, nota 51), *O Amigo do Homem* não deixou de expressar sua desaprovação às atitudes tomadas por Bruce, ao que respondeu o Presidente perseguindo aquele redator, que acabou por tornar-se “alvo de pesadas injúrias e calúnias, vendo-se forçado a renunciar o trabalho jornalístico” (JORGE, 1987:46). É importante observar que apesar de, conforme já se fez referência, a imprensa, naquele momento, ser considerada inexpressiva, o jornal de Crispim não deixou de provocar a ira do Presidente da Província.

Outro jornalista que também sofreu perseguição governista foi João Antônio Garcia de Abranches, redator principal de *O Censor*. O fato se deu por ocasião do retorno de Lord Cochrane ao Maranhão, em novembro de 1824, a fim de fazer acalmarem-se os ânimos na Província governada por Bruce. Após tomar conhecimento da situação, decidiu o Almirante inglês pela destituição do Presidente, que foi substituído no comando do governo por seu secretário Manuel Teles da Silva Lobo.

Uma vez conseguindo acalmar ânimos mais exaltados, o Lord viu-se no direito de

² O período entre 1822 e 1825 é uma lacuna na história da imprensa maranhense. Enquanto *O Conciliador* serviu aos interesses do governo no período que antecede a independência e o *Argos da Lei* o fez em 1825, nesse intervalo, o mesmo não pode ser verificado. Não se pode afirmar com certeza a existência de um impresso funcionando de forma regular naquele período, mesmo que Sebastião Jorge faça referência à circulação do *Amigo do Homem*. Um fator que talvez explique esta ausência na impressão de periódicos seja a atuação de Bruce à frente do governo provincial. Em tempos de ebulição, pode-se cogitar, ter a imprensa como adversária não estava nos planos daquele presidente.

cobrar da província os serviços prestados. A isto reagiu o redator d'*O Censor*, que, conforme registrou Armitage (1836), “teve a audácia de estigmatizar o Almirante como pirata e roubador”. Assim, o jornal teve de ser interrompido após a publicação do nº 7 (24.03.1825), sob a acusação de “terem sido os seus escritos subversivos da tranquilidade pública, e ofensivos ao Marquês do Maranhão” (ARMITAGE, 1977:103). Prontamente agiu Silva Lobo, que também já havia sido alvo das críticas de redator português, quando foi chamado de “Lobo Feroz”, e assinou a deportação daquele redator para Portugal.

A esta atitude, reagiu negativamente D. Pedro I, que condenou a deportação de Garcia de Abranches. O Ministro Estêvão Ribeiro de Resende assim definiu a reação do Imperador: “Houve por bem o mesmo Augusto Senhor desaprovar tão injusto arbítrio, que descobre em quem o pratica ou perfeita ignorância dos meios legais aplicáveis em tais casos, ou determinação criminosa de atropelar direitos garantidos pela Constituição”. (ARMITAGE, 1977: 104, nota 3). Ao retornar do exílio, Garcia de Abranches retomou seu jornal e, já no nº 8 (29.12.1825), reiniciou o ataque aos seus desafetos.

Este periódico marcou a história da imprensa maranhense ao lado de *O Argos da Lei*. de Odorico Mendes, numa época em ganhava força a perseguição aos portugueses, sobretudo naqueles anos posteriores à Independência do Brasil. Essa *lusofobia*, cuja existência “não se tratava de um mero preconceito chauvinista” (DIAS, 2005:31), era o tema que dava o tom aos principais embates que foram travados entre Odorico Mendes e Garcia de Abranches. Nesse sentido, *O Argos da Lei* apresentava-se como espaço de defesa dos ideais nacionais, enquanto *O Censor* foi apontado por Serra (1883) como “advogado dos interesses portugueses” (SERRA, 2001:90).

Se numa perspectiva mais recente de imprensa, tem-se a pretensão de alcançar a imparcialidade e objetividade – ou ao menos de fazer crer aos leitores que assim o é –, a imprensa típica do período oitocentista assumia-se declaradamente um instrumento de defesa de paixões políticas. Os intelectuais, ao longo da História, nunca constituíram uma classe única, homogênea. Podem ser identificados como progressistas ou conservadores, radicais ou reacionários, libertários ou autoritários, liberais ou socialistas, céticos ou dogmáticos, laicos ou clericais etc. “Os intelectuais jamais são, salvo no caso de sociedades teocráticas, os depositários de um único corpo de doutrinas” (BOBBIO, 1997:116).

Nesse jogo de palavras, quando em lados opostos, por diversas vezes, durante os debates mais acalorados entre os jornais, era comum ver os jornalistas – homens cultos, letrados – abandonarem a costumeira eloquência e partirem para as ofensas diretas,

utilizando-se, em diversas ocasiões, de palavras consideradas não muito adequadas às suas condições de letrados.

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, idios logos pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; (BOURDIEU, 2005:146)

Odorico “digladiou com doestos e injúrias, atacando todos os portugueses coletivamente [...] o Argos ganhou em popularidade quanto perdeu em moderação”. (SERRA, 2001:90). A postura adotada por Odorico em relação aos portugueses rendeu-lhe, segundo Vieira da Silva (1862), a eleição para deputado da Província do Maranhão. Vejamos:

Se, como vimos, as turbulências e assuadas que assinalaram o Governo de Bruce têm uma explicação no espírito vertiginoso da época, na ambição de muitos e no desejo de sustentar-se este Presidente no poder que lhe disputavam, a linguagem, algumas vezes, acrimoniosa e, outras, desabrida do Argos contra aqueles homens que já tanto haviam sofrido, assentava também na necessidade de sustentar a popularidade que procedia da inimizade aos portugueses e que alimentava o partido intitulado brasileiro, no qual tanto o Presidente interino como o redator do Argos apoiavam as suas candidaturas. (SILVA, 1972:326)

Evidencia-se aqui mais um vestígio do grau de importância que a imprensa possuía dentro da sociedade maranhense, quando a atuação de um jornalista e a de seu jornal são referidas como elemento fortes o suficiente para garantirem uma eleição. João Francisco Lisboa endossa a opinião de Vieira da Silva ao declarar ser o *Argos da Lei* “um jornal evidentemente fadado ao triunfo” e também atribui a eleição a deputado, nas eleições de 1825, ao sucesso de Odorico como redator daquele periódico (LISBOA, 1901:499). Segundo Henriques Leal, a popularidade de Odorico “se manifestou com toda evidência nas eleições de deputados à primeira legislatura de 1826-1829, depois da Constituinte, e em que obteve votos para deputado por sua província natal quase por unanimidade”. (LEAL, 1987:18)

Por ocasião das eleições de 1830, Odorico foi outra vez eleito e João Lisboa, novamente atribui o resultado à popularidade advinda das artes impressas. Entretanto, é importante destacar que, desta feita, não aponta *O Argos* como o responsável pela reeleição de Odorico, mas sim outra folha, *O Despertador Constitucional*. Para melhor entendimento do que fora aquele jornal, faz-se necessário contar a história de José Cândido e seu periódico, o *Farol*.

A 26 de dezembro de 1827 iniciou-se a circulação daquele periódico, que marcou profundamente a história dos impressos no Maranhão. A responsabilidade pela publicação daquele jornal era de José Cândido de Moraes e Silva, auxiliado por Frederico Magno, filho rebelde do *Censor* Garcia de Abranches. A princípio, circulava semanalmente e, devido à sua popularidade, passou a sair duas vezes por semana. É interessante ver que, muito rapidamente, este jornal alcançou um lugar de destaque ante a sociedade maranhense. Tornou-se o principal órgão de defesa das idéias liberais na Província e seu autor José Cândido transformou-se num dos principais nomes da imprensa brasileira.

O jornal propunha-se a lutar pela defesa das liberdades constitucionais, da liberdade de imprensa e pela democracia, bem como combater os abusos de poder por parte do governo e os privilégios dos portugueses.

Para uma melhor análise da dimensão do impacto causado por aquela folha, na sociedade maranhense, vejamos o a opinião de alguns autores:

Henriques Leal (1873):

Não foi só luz para todos, senão também escudo para proteger pequenos contra os abusos das autoridades e dos poderosos; - apoio aos fracos; - flagelação aos mal-intencionados, aos partidários da recolonização e aos estrangeiros mal-agrados. Daí não houve nunca jornal que exercesse ascendente mais decidido sobre a população, nem tribuna que atraísse mais ouvintes, ou granjeasse com a sua imensa popularidade tão frenéticos e espontâneos aplausos. Podia ele dizer-se que ao seu mando a província agitava-se, palpitando todos os corações afinados pelo seu e bradando todas as vozes uníssonas; porque o seu pensamento era o de todos que nele confiavam!

[...]

De algum tempo que José Cândido aflagava essa idéia até que afinal publicou o Farol, esse clarim que fez ressoar por toda a província e com espantosa alacridade a alvorada da liberdade; sendo cada número dele uma faísca elétrica que fazia vibrar de entusiasmo os corações da passada geração. Desfraldado esse estandarte das idéias liberais com bizzarria e aos ventos da opinião, vieram alistar-se nele a ardente mocidade e os patriotas de todas as idades, a maioria em suma dos brasileiros da província, constituindo assim o poderoso partido que se arreava com o nome da própria nacionalidade. (LEAL, 1987: 99,105) (grifo nosso)

Joaquim Serra (1883):

Foi José Cândido de Moraes e Silva não só um apóstolo, como um mártir da imprensa jornalística.

Somente redigiu um periódico, o Farol, mas essa folha exerceu sobre o povo tal influência como jamais outra no Maranhão.

[...]

Ardentemente apaixonado, o Farol, como a Aurora, de Evaristo, tinha o dom de comover as multidões, fazendo pulsar com entusiasmo a fibra do patriotismo. (SERRA, 2001: 87-88)

Sotero dos Reis (1861):

Agitado o Brasil todo com as idéias de federação que grassaram nesse tempo e produziram aquela revolução de que foram conseqüências a Abdicação do primeiro Imperador e a reforma da Constituição, a imprensa periódica, entre nós, sem dar de mão às personalidades habituais, antes requintando em virulência e acompanhando o pronunciamento da imprensa da Corte e do resto do Império, tornou-se essencialmente revolucionária e propaladora de princípios subversivos da ordem social, sendo aqui o Farol o escrito mais notável da época, o qual já se havia anteriormente distinguido por sua veemente oposição ao Governo Provincial e falava então a linguagem do mais exaltado tribuno [...] (REIS apud SILVA, 1972: 360)

Por tudo o que representou aquele periódico, pela influência de seu redator e peso de suas ideias, não tardaram a surgir as primeiras tentativas de suprimi-lo. Foram, a princípio, seus maiores desafetos o Presidente da Província, Marechal Manuel da Costa Pinto, e o Conde de Escaragnole, Comandante das Armas. De início, tentaram aqueles homens fazer prender José Cândido sob a acusação de abuso à liberdade de imprensa e, embora tenha sido por vezes acusado e julgado, sempre foi absolvido. Diante das tentativas vãs dos adversários, crescia a cada dia a popularidade do jornal e de seu tribuno. Decidiu-se, então, Costa Pinto, com ajuda daquele comandante, pela mudança de estratégia. José Cândido foi convocado a comparecer ao palácio do Governo, em 8 de agosto de 1828, onde foi comunicado que deveria sentar praça no corpo de artilharia o que, de acordo com as leis do Império, não poderia se proceder pelo fato de ser aquele redator único responsável pela provisão de sua tia e irmãs. Assim, a decisão de recrutar José Cândido foi considerada, por muitos, arbitrária e contrária às leis constitucionais.

A notícia dos acontecimentos na distante Província do Maranhão logo chegou à Corte e de lá saiu o deputado Odorico Mendes em direção a São Luís. Ao chegar, tentou lançar uma folha denunciando as arbitrariedades a que estava sendo submetido seu amigo. Valendo-se da posição de presidente da Província, proibiu Costa Pinto a publicação pela Tipografia Nacional. Não desistiu Odorico daquele intento, tendo feito circular, em 14 de agosto de 1828, o *Despertador Constitucional*, pela Tipografia de Torres, no Rio de Janeiro. Apenas uma única edição teve aquela folha, considerada por muitos um dos grandes expoentes da imprensa maranhense.

Os efeitos daquela publicação logo foram sentidos e, conforme dissemos, João Lisboa (1862) considerou muito grande a sua influência na segunda eleição de Odorico. Vejamos:

A popularidade sempre crescente de Odorico valeu-lhe nova eleição para a segunda legislatura, ainda mais honrosa que a primeira. N'esta ao menos tivera para si o

favor da auctoridade; na seguinte teve a sua opposição. O marechal Costa Pinto, presidente do Maranhão, esposando todas as mesquinhas paixões do partido dominante, tinha feito arbitrariamente recrutar o redactor do Pharol Maranhense, e accumulando desacêrto a desacêrto, prohibira sob futeis pretextos a publicação de um novo jornal com que Odorico Mendes quiz substituir o que fôra suprimido. Os maranhenses responderam a um e outro attentado elegendo-o pela segunda vez com grande maioria, ficando completamente derrotado o marechal-presidente, seu competidor. (LISBOA, 1901:500)

A tranquilidade na Província foi restabelecida com a chegada do Desembargador Cândido José de Araújo Viana, futuro Marquês de Sapucaí, em janeiro de 1829, quando este, substituindo Costa Pinto no governo da Província, determinou que José Cândido fosse dispensado do recrutamento.

Como se pôde ver, aplicar aos jornais o conselho de Skinner, que considerava importante, no estudo das obras clássicas do pensamento político, penetrar no mundo histórico dos textos antigos e de seus autores, traçar uma relação do texto com seu contexto e dos diferentes contextos da vida do autor, a fim de compreender o universo mental daquele escritor, buscando “a reconstituição das intenções, o estudo dos factos que compõem o contexto social”, é, de fato, um exercício fundamental para o estudo da imprensa (SKINNER, 2005:123). Nesse sentido, buscou-se fazer uma análise do impacto causado pelos impressos na Província do Maranhão do início do XIX e, assim, demonstrar, através dos registros historiográficos, indícios de como a imprensa atuou no Maranhão naqueles anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMITAGE, J. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, Brasília, INL, 1977.

BOBBIO. Noberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAPELATO. Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DIAS. Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

JORGE. Sebastião. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão: 1821-41*. São Luís: EDUFMA, 1987.



LEAL. Antonio Henrique. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

LISBOA. João Francisco. *Obras de João Francisco Lisboa*. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1901.

LUSTOSA. Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na independência: 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA. Cecília Helena L. de S.. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.

SERRA. Joaquim (Ignotus). *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão* 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SILVA. Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão (1822/1828)*. notas de Raimundo Nonato Cardoso. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SKINNER, Quentin. "Significação e compreensão na história das ideias". In: *Visões da política*. Lisboa: Difel, 2005.

SOUZA, Iara Lis S. C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780- 1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.